

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte.
Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

ADAM SMITH EM PEQUIM: ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI

Alice Itani

Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – Centro
Universitário Senac. alice.itani@sp.senac.br.

O século XXI emerge com uma nova perspectiva mundial: uma dominação econômica sem hegemonia. O livro de Giovanni Arrighi, italiano de origem e atualmente professor da Universidade Johns Hopkins, defende a ideia de um novo tipo de economia.

Pode haver uma sociedade mundial de mercado baseada em maior igualdade entre as civilizações? Esta é uma questão que a obra parece sugerir.

Adam Smith em Pequim se insere como uma continuidade dos estudos realizados por Giovanni Arrighi sobre o capitalismo contemporâneo, com três outras obras já publicadas no Brasil: *O longo século XX* (Ed. Unesp, 1996), *A ilusão do desenvolvimento* (Vozes, 1996) e *Caos e governabilidade* (Contraponto;UFRJ, 2001).

Nesta obra Arrighi busca mostrar o ressurgimento da Ásia Oriental, agora alavancada pela China, como potência econômica. O estudo se baseia na perspectiva de uma história de longa duração de Fernand Braudel e das ideias de Adam Smith, sobretudo em *A riqueza das nações*. A análise segue a trilha de seu colega e amigo, falecido em 2005, André Gunder Frank, a quem a obra é dedicada, o qual defendeu a tese sobre a China como potência mundial entre os séculos XVI e XVIII, tese esta publicada em 1998, sob o título *Re-Orient: global economy in the Asian Age*.

A emergência da China como potência mundial é inegável, com 20% da população mundial, mais de 11% do PIB e reservas cinco vezes maiores que o FMI, ou quase 2 trilhões de dólares. Arrighi retoma análises de Adam Smith sobre a posição de hegemonia econômica da Ásia Oriental, incluindo China e Japão, entre os séculos XVI e XVIII, dada pela maior participação no PIB mundial, e que corresponde ao nível da participação conjunta do Reino Unido e dos Estados Unidos no período do apogeu do desenvolvimento capitalista, em 1950.

Para isso, lança como um dos pontos centrais de discussão uma diferença, na história mundial, entre o processo de formação do mercado e o processo de desenvolvimento capitalista. Com base nos conceitos de Adam Smith e Koiti Sugihara, o autor delinea dois tipos de desenvolvimento econômico. O primeiro nasce de um arcabouço social, de processos e ações de natureza não econômica, aproveitando o potencial oculto e o crescimento econômico. Esse é um modelo mais próximo de Smith ou da Revolução Industrial, termo desenvolvido por Akira Hayami e adotado por Sugihara. O segundo tipo de desenvolvimento econômico tem base no mercado e tende a destruir o arcabouço social dentro do qual ocorre, criando condições para novos arcabouços com

potencial de crescimento. Este seria próximo ao modelo marxiano, que corresponde ao da Revolução Industrial.

Para compreender esse ressurgimento da China, o autor nos leva a analisar dois caminhos: primeiro, o dos países europeus e dos Estados Unidos, denominado de “caminho ocidental”; o segundo, o “caminho oriental”, percorrido por China e Japão. O caminho ocidental teve como polo a Revolução Industrial, chamada de “milagre da produção”, na medida em que conseguiu ampliar a participação no PIB mundial a partir do fim do século XVIII. Nesse caminho, baseou-se no uso intensivo de capital, na aplicação de fontes de energia à produção de meios de produção e transporte de longa distância, e no elevado consumo de energia. Com isso, o Reino Unido e os Estados Unidos conseguiram aumentar a participação ocidental no PIB mundial até atingir seu pico, em 1950.

O caminho oriental, da Ásia Oriental, teve como polo a Revolução Industrial, chamada de “milagre da distribuição”. Centrou-se no uso intensivo de mão-de-obra, mas poupando energia, e, com isso, conseguiu suportar o impacto da Revolução Industrial. A proporção homem-terra é parte da explicação do sucesso das medidas adotadas na Revolução Industrial, diante da escassez de recursos naturais e de capitais. Com isso, teria propiciado, entre os séculos XVI e XVIII, aumento populacional e, ao mesmo tempo, melhora na qualidade de vida. Na perspectiva de análise de Adam Smith, a Ásia Oriental teria seguido o caminho da maturidade econômica, do curso natural das coisas ou do progresso natural da opulência.

A atual crise enfrentada pelos Estados Unidos é, assim, em realidade, a explosão de um processo que já se prenunciou há quarenta anos. A primeira crise profunda da hegemonia norte-americana ocorre no fim da década de 1960, com a derrota na Guerra do Vietnã e, em seguida, com a emergência do Japão como potência econômica. Esse processo de construção do poder hegemônico levou quase um século, o novo Século Norte-Americano, na criação de um estado mundial. A reação dos Estados Unidos para manter sua hegemonia foi intensificar a corrida armamentista contra a União Soviética, num primeiro momento, e, em seguida, desenvolver-se no mercado financeiro global. O país estruturou um papel de protetor concomitante à criação da ONU, que foi decisiva, com apelo ao desejo universal de paz e ao anseio de independência das nações pobres, cobrando altos preços por essa “proteção”. Foram também estruturados os fundos e bancos e, por último, remodelado o acordo de Bretton Woods “como instrumento de domínio sobre um mercado global”.

Toda potência econômica tenta manter sua hegemonia e resiste à perda, como ocorreu com a Inglaterra nas duas Guerras Mundiais do século XX, até a ascensão dos Estados Unidos. Mas Arrighi analisa o poderio militar desmoralizado, desde a Guerra do Vietnã, e que enfrenta o déficit fiscal, aliado à perda de legitimidade diante de países que não se contentavam mais com o tipo de serviço prestado. Este mostrou-se dispensável, como se viu na invasão ao Iraque.

Um capítulo inteiro é dedicado aos atributos e características da ascensão chinesa. Dentre elas estão a elevada qualidade da mão-de-obra em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento. E essas características estão associadas a um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas, que também contou com capitais chineses que estavam fora da China. As reformas de Deng Xiaoping contribuíram fortemente para esse avanço, mas não foram suficientes. O sucesso das reformas sucedeu a conquistas anteriores da Revolução Chinesa, como a reforma agrária e a construção coletiva da educação e da infraestrutura rural.

Arrighi analisa a implantação da estratégia de uma base produtiva, no período Mao. De um lado, incentivos ao sistema de responsabilidade familiar que possibilitou o crescimento da produção agrícola. De outro, as decisões sobre o controle dos excedentes agrícolas foram retiradas das comunas e devolvidas às famílias rurais, entre 1978 e 1983. Com isso, os preços foram elevados e houve um conseqüente aumento de produtividade e da lucratividade da atividade rural. Por fim, aos poucos houve a descentralização fiscal, que possibilitou autonomia aos governos locais para promover crescimento econômico, com a criação das empresas de aldeias e municípios, de propriedade coletiva.

É com certo deslumbramento que Arrighi mostra um caminho econômico: o crescimento dessas empresas rurais chinesas, com possibilidade de acumulação sem desapropriação da terra. Um modelo que difere totalmente do caminho desenvolvido no Ocidente, tampouco pela Índia. Indica que os maiores avanços na China podem ser verificados a partir de 1970, como o bem-estar básico com melhoria nas condições de vida dos grupos de baixa renda. Isso se traduz por trabalho para todos, alimento e escola, e a grande maioria também passa a ter acesso à assistência médica básica e aos serviços de planejamento familiar. Em decorrência de tais avanços, houve um aumento exponencial da expectativa de vida adulta a partir da década de 1980.

O ressurgimento pode ser, assim, explicável. O caminho da Ásia Oriental atingiu seu limite entre 1820 e 1850. No entanto, alguns elementos importantes foram necessários e suficientes para superar a queda na participação do PIB mundial no

período entre 1850 e 1950: fortalecimento do Estado e da agricultura familiar; desenvolvimento de instituições que absorviam mão-de-obra e desenvolvimento de tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra. Com maior experiência de Estado que as sociedades europeias e com economia de mercado desenvolvida, desde o século XVI, uma experiência de mercado não capitalista começa a dar frutos e reduzir diferenças quando o caminho ocidental atingiu seu limite, a partir de 1950.

O baixo custo da mão-de-obra do Oriente é, assim, para Arrighi, um mito. O custo da mão-de-obra sobre o produto fica sempre mais baixo que os 40 a 60% do Ocidente, mas são os engenheiros e gerentes que custam 35% menos, e não os operários. A produtividade é obtida com recursos humanos em quantidade e qualidade, com alta qualidade de engenheiros, cientistas e técnicos. Já a alta produtividade dos operários norte-americanos é obtida com sistemas complexos de automação flexível e manejo de materiais, aumentando o custo do capital e dos sistemas de apoio. O aprimoramento da divisão social do trabalho e as inovações se realizam entre os chineses com uso intensivo de conhecimentos. A China conta atualmente com 1,3 milhão de pesquisadores e crescimento de 17% ano nos gastos com pesquisa e desenvolvimento, o que significa quatro vezes mais que os Estados Unidos e demais países desenvolvidos.

Arrighi conclui que a perspectiva de maior igualdade entre os povos pode estar presente. Há uma inversão que pode ser denominada como “Consenso de Pequim”. Caracteriza-se por uma nova “localização”, pela importância de ajustar o desenvolvimento às necessidades locais, que difere radicalmente do Consenso de Washington, e por um “multilateralismo”: a importância da cooperação entre os Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, respeitando diferenças políticas e culturais, enfoque diverso da política anterior do unilateralismo.

Arrighi atribui excessiva coerência às reformas da China e às estratégias norte-americanas, mas reposiciona as ideias de Adam Smith, em *A riqueza das nações*, e de Marx em *O Capital* e na *Crítica de uma economia capitalista*, sobre a divisão social do trabalho e o papel do Estado forte no desenvolvimento econômico, pela promoção e regulamentação das atividades, pela infra-estrutura para o comércio e comunicações, pela educação, segurança e justiça. Atribui o sucesso da China ao papel forte do Estado na promoção do desenvolvimento.

Não subestimar a China é um alerta presente na obra. Como também não superestimar o poder dos Estados Unidos. A perda da hegemonia norte-americana é um fato, mas o país mantém dominação política, pelo poderio militar. Entretanto, a

capacidade financeira da China e dos países ricos em petróleo tem redirecionado o *superávit* do Sul para o próprio Sul, livrando os países do Sul do domínio do Norte. E as tentativas de um e do outro de recomposição de poder estão em cena. Lembremos que o sucesso econômico da Revolução Industrial da Inglaterra se deu pelo tamanho pequeno da economia britânica, o que não se repete no Oriente. Nesse sentido, surge a perspectiva de um desenvolvimento mais igualitário em termos sociais e mais sustentáveis, e que depende muito do que a China e a Índia farão nas próximas décadas.